Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003, ao PROFESSOR A V.7, do Quadro do Magistério do Serviço Civil do Poder Executivo, **SELMA ALBANI MAROTTO**, nº funcional 774240/1, computados 31 anos, 3 meses e 12 dias de tempo de contribuição, com o provento fixado na forma do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003. **(Processo: 19407980)**

Portaria nº 1824 de 01 de dezembro de 2015

CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a partir de 01 de dezembro de 2015, de acordo com o art. 3º, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional nº. 47, publicada em 06 de julho de 2005, ao AUXILIAR TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO, PAE-4.12, do Quadro Permanente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo, **MARINELLA SORESINI FERNANDES**, Nº Funcional 2772493/1, computados 36 anos, 4 meses e 18 dias de tempo de contribuição, com o provento fixado na forma do Parágrafo único do art. 3º, da Emenda Constitucional nº. 47, publicada em 06 de julho de 2005. **(Processo: 26916126)**

Portaria nº 1825 de 01 de dezembro de 2015

CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DO MAGISTÉRIO, a partir de 29 de maio de 2015, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003, ao PROFESSOR B V.12, do Quadro do Magistério do Serviço Civil do Poder Executivo, **MARALICE FARIA MACHADO**, nº funcional 319652/51, computados 29 anos, 1 mês e 1 dia de tempo de contribuição, com o provento fixado na forma do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003. **(Processo: 05156262)**

Portaria nº 1826 de 01 de dezembro de 2015

CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DO MAGISTÉRIO, a partir de 05 de maio de 2015, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003, ao PROFESSOR A IV.14, do Quadro do Magistério do Serviço Civil do Poder Executivo, **MARLENE DAS GRAÇAS RAMOS**, nº funcional 262319/51, computados 29 anos, 2 meses e 22 dias de tempo de contribuição, com o provento fixado na forma do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003. **(Processo: 00406481)**

Portaria nº 1827 de 01 de dezembro de 2015

CONCEDER O BENEFÍCIO DE

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DO MAGISTÉRIO, a partir de 15 de maio de 2015, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003, ao PROFESSOR A V.9, do Quadro do Magistério do Serviço Civil do Poder Executivo, **MARIA MADALENA SILVEIRA DO CARMO**, nº funcional 301210/51, computados 25 anos, 3 meses e 5 dias de tempo de contribuição, com o provento fixado na forma do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003. **(Processo: 4238273)**

Portaria nº 1828 de 01 de dezembro de 2015

CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DO MAGISTÉRIO, a partir de 05 de novembro de 2014, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003, ao PROFESSOR B V.16, do Quadro do Magistério do Serviço Civil do Poder Executivo, **EDINALVA SCHULTHAIS**, nº funcional 295660/52, computados 32 anos, 1 mês e 27 dias de tempo de contribuição, com o provento fixado na forma do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31 de dezembro de 2003. **(Processo: 04234677)**

Protocolo 200515

Portaria nº. 187-S, de 01 de dezembro de 2015.

O PRESIDENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - IPAJM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, inciso XIII, da Lei Complementar nº 282/2004 e, considerando o Edital nº 01/2014 - IPAJM, de 29.05.2014, publicado no DIO-ES em 30.05.2014, que homologou o resultado final do concurso público para o cargo de Contador, para provimento de vagas e cadastro de reserva,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, nos termos do Inciso I do Artigo 12 da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, o candidato relacionado abaixo, classificado em concurso público para exercer o cargo de Técnico Médio, referência CNM-I:

ELIZ NEGREIROS FERRAZ
Ordem de Classificação (12º)

Art. 2º O candidato deverá comparecer à Subgerência de Recursos Humanos do IPAJM, situada na Av. César Hilal, nº 1.345, sala 203, Santa Lúcia, Vitória/ES - CEP 29.056-083, no horário das 09:00 as 18:00h, para receber a relação de documentos necessários para posse, a relação dos exames médicos para encaminhamento

à perícia médica, bem como o encaminhamento à Previdência Complementar Estadual - PREVES.

Bruno Margotto Marianelli
Presidente Executivo IPAJM
Protocolo 200520

RESUMO TERMO ADITIVO

Nº. 02 AO CONTRATO Nº 002/2014

Processo nº 65063864/2014
CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - IPAJM

CONTRATADA:
HOT CAR COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA-EPP
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 002/2014, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme autorização prevista na Cláusula Terceira, a **contar de 01/02/2016.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2. O valor mensal será de R\$ 11.034,39 (onze mil e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos).

2.1. Fica ressalvado o direito da contratada ao reajuste/revisão do seu valor, relativo a fato ou período anterior à assinatura deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

3. Ficam designados os servidores a seguir discriminados, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, competindo-lhes gerir e fiscalizar a execução dos serviços contratados; Alexandre Emanuel Cirne Silva para Gestor Titular, Roberta Abreu Silva Marques para Gestor Suplente e Jaqueline Martins para fiscal, em consonância com a Portaria SEGER/PGE/SECNT N.º 049-R.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. Conta da atividade de nº 04122080028850000
Elemento de despesa: 33.90.39.10 previstos no orçamento de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES

5. Ficam mantidas todas as demais Cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas no presente termo aditivo

Vitória, 01/12/2015

Bruno Margotto Marianelli
Presidente Executivo do IPAJM
Protocolo 200305

Procuradoria Geral do Estado
- PGE -

O.S. nº 416-S, de 03 de dezembro de 2015.

CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias regulamentares referentes ao exercício de 2014, ao Procurador do Estado **Gustavo Sipolatti**, no período de 04/12 a 18/12/2015.

O.S. nº 417-S, de 03 de dezembro de 2015.

CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias regulamentares referentes ao exercício de 2015, ao Procurador do Estado **Ricardo Cesar Oliveira Occhi**, no período de 04/12 a 18/12/2015.

O.S. nº 418-S de 03 de dezembro de 2015.

TORNAR SEM EFEITO, a Ordem de Serviço 394-S, publicada em 19/11/2015, que concedeu férias regulamentares ao Procurador do Estado **GUSTAVO SIPOLATTI**, a partir de 19/11/2015.

Vitória, 03 de dezembro de 2015.

IURI CARLYLE DO AMARAL ALMEIDA MADRUGA
Gerente Geral/ PGE - em exercício

RETIFICAÇÃO

Na redação da Ordem de Serviço nº 403-S, de 20/11/2015, publicado no Diário Oficial de 23/11/2015.

Onde se lê:

... a partir de 19/11/2015....

Leia-se:

... a partir de 20/11/2015....

Protocolo 200514

Secretaria de Estado de Controle e Transparência
- SECNT -

PORTARIA Nº 177-S, 26 de NOVEMBRO de 2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA - SECNT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que a Constituição Federal e a Lei Complementar Estadual nº 46/94 vedam a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto para os casos elencados nas normas;

Considerando que o Decreto nº 2.724-R, de 06 de abril de 2011, destaca no § 2º, do art. 1º, a condição de compatibilidade de horários, que não poderá ultrapassar o limite máximo de 65 (sessenta e cinco) horas semanais de trabalho nos dois cargos;

Considerando ser ocupante do cargo efetivo de Técnico em Necropsia QSS, efetivo, lotado na Secretaria de Estado da Saúde, localizado no Núcleo Especial do Serviço de Verificação de Óbitos, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, e Vigia da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, cargo integrante do Plano de Cargos e Salários da Empresa Brasileira, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas;

Considerando a conclusão da